



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006626-81.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Sustação de Protesto**
 Requerente: **TECUMSEH DO BRASIL LTDA**
 Requerido: **Ferriplax Instrumentos de Corte e Medição SA e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Tecunseh do Brasil Ltda propôs a presente ação contra as rés Ferriplax Instrumentos de Corte e Medição SA e Banco Safra S/A, pedindo: a) a concessão de liminar para que sejam sustados os efeitos do protesto; b) declaração de inexigibilidade do título em decorrência de seu pagamento.

A tutela antecipada foi deferida a folhas 32.

O corréu Banco Safra, em contestação de folhas 43/51, suscitou preliminar de ilegitimidade passiva. No mérito, requer a improcedência do pedido, alegando que apenas agiu como mandatário em nome da corré Ferriplax, recebendo a cambial para cobrança, informando que não se opõe à baixa e à sustação da duplicata.

A corré Ferriplax Instrumentos de Corte e Medição SA foi citada por edital às 93, não oferecendo resposta (folhas 97), tornando-se revel.

A Defensoria Pública, no exercício da curadoria especial, apresentou contestação por negativa geral às folhas 101.

Réplica de folhas 105/106.

Relatei. Decido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Passo ao julgamento antecipado da lide porque impertinente a produção da prova oral ou pericial, orientando-me pelos documentos carreados pelas partes (CPC, artigo 434).

De início, afasto a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada pelo corréu Banco Safra S/A., tendo em vista que foi o responsável pelo apontamento do nome da autora junto ao cartório de protesto.

No mais, tendo em vista a revelia da corré Ferriplax Instrumentos de Corte e Medição S/A, de rigor a aplicação dos efeitos previstos no artigo 344 do Código de Processo Civil com relação a si.

No mérito, sustenta a autora que o protesto é indevido porque a duplicata já havia sido completamente quitada no dia 21/02/2014, inclusive com a Carta de Anuência da corré Ferriplax Instrumentos de Corte e Medição S/A que declarou o recebimento e anuiu ao cancelamento do protesto. Aduz que mesmo com o título pago na data de seu vencimento a corré Ferriplax trocou o título no corréu Banco Safra S/A, a fim de obter o pagamento pela segunda vez. Relata ainda que recebeu intimação para pagar novamente o título, com vencimento em 13/03/2014, mas desta vez constando como cedente o corréu Banco Safra S/A, que mesmo sendo indevido, apontou o título para protesto.

O documento denominado "Demonstrativo de Transferência Eletrônica - TED", emitido pelo banco Santander, colacionado pela autora, comprova a transferência de numerário no valor de R\$ 1.400,00, em data de 21/02/2014 em favor da corré Ferriplax (**confira folhas 24**). Embora não conste o número do título no referido documento, o próprio corréu Banco Safra S/A, em contestação informa que não se opõe à baixa e à sustação da duplicata. A ausência de impugnação específica da corré Ferriplax Instrumentos de Corte e Medição S/A., com relação à correspondência entre o pagamento e o título em questão, faz presumir que tal pagamento se refira à Nota Fiscal nº 23.489. A carta de anuência colacionada pela autora às folhas 26, comprova a concordância da corré



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ferriplax ao cancelamento do protesto lavrado no 2º Tabelionato de Protesto de Letras e Títulos de São Carlos/SP.

Por outro lado, o corréu Banco Safra S/A, agindo como mandatário, tinha como dever de cautela certificar se as duplicatas possuíam lastro. Ao protestar a duplicata sem se atentar às formalidades legais, no caso dos autos uma duplicata paga, agiu culposamente, assumindo o risco de causar danos à sacada, devendo responder por isto, conforme orientação jurisprudencial.

Nesse sentido:

4001037-85.2013.8.26.0568 PROCESSO CIVIL – Ilegitimidade "ad causam" – Inocorrência - Duplicata mercantil – Endosso-mandato - Legitimidade do Banco-endossatário - O Banco-réu, agindo como mandatário, tinha a obrigação de encaminhar a protesto somente duplicatas formalmente em ordem - Não o fazendo, excede os poderes do mandato com a ação negligente, sendo responsável pelos danos decorrentes do protesto indevido – Ilegitimidade passiva afastada. TÍTULO DE CRÉDITO – Duplicata mercantil – Protesto indevido – Ocorrência – Duplicata paga – Responsabilidade solidária dos réus pelo protesto indevido – Admissibilidade - O mandatário tem o dever de encaminhar a protesto somente títulos em ordem – Recebendo e protestando duplicata sem se atentar às formalidades legais, agiu culposamente e assumiu o risco de causar danos à sacada, devendo responder por isto – Protesto de duplicata sem cautelas configura abuso de mandato, o que conduz à responsabilização do mandatário - Precedente do Colendo STJ em sede de julgamento de recursos repetitivos – Responsabilidade decorre também do risco do proveito – Responsabilidade solidária configurada - Mantida a indenização por danos morais (pois a corré não apelou) - Condenação solidária dos réus a pagarem de forma simples à autora o valor pago a maior (R\$ 1.813,00), bem como o valor da despesa relativa à baixa do protesto do título – Admissibilidade – Devolução em dobro – Inadmissibilidade - Ausência de má-fé dos réus – Inteligência dos arts. 940 do CC e 42 do CDC – Honorários de advogado - Autora decaiu de parte mínima do pedido – Condenação dos réus ao pagamento, por inteiro e de forma solidária, das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação – Viabilidade – Ação declaratória de inexigibilidade de título de crédito c.c. indenização por danos morais e cancelamento de protesto parcialmente procedente. Recurso parcialmente provido. (Relator(a): Álvaro Torres Júnior; Comarca: São João da Boa Vista; Órgão julgador: 20ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 23/05/2016; Data de registro: 30/05/2016)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

0008637-31.2010.8.26.0020 DUPLICATA. Endosso-mandato. Ação declaratória de inexigibilidade de título de crédito cumulada com pedido de indenização por danos morais. Instituição financeira que apontou o título a protesto sem exigir prévia comprovação da idoneidade do título à endossante-sacadora. Legitimidade passiva ad causam do banco endossatário reconhecida. Protesto indevido de duplicata. Conduta negligente do endossatário que não teve a cautela de verificar a higidez da duplicata. Responsabilidade civil solidária do banco endossatário configurada. Pedido inicial julgado procedente. Sentença parcialmente reformada. Recurso provido. Dispositivo: deram provimento ao recurso. (Relator(a): João Camillo de Almeida Prado Costa; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 19ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 09/05/2016; Data de registro: 12/05/2016)

Por oportuno, transcrevo parte do v. acórdão acima mencionado, prolatado pelo Exmo. Desembargador João Camillo de Almeida Prado Costa: "É que, na hipótese em apreço, é notória a legitimidade passiva *ad causam* e a responsabilidade do banco-endossatário, que agiu com manifesta negligência, porquanto se cuida aqui de duplicata despida de aceite e que não estava também acompanhada de documento hábil comprobatório da efetiva entrega da mercadoria [esta prova não veio para os autos], o que escancara a absoluta falta de cautela da instituição financeira, ao receber a duplicata mercantil por endosso-mandato e não realizar a verificação da real existência da *causa debendi* autorizadora do saque do título protestado (fls. 14)".

Assim, de rigor a procedência do pedido de declaração de inexistência do débito e a ineficácia do título levado a protesto.

Diante do exposto, acolho os pedidos, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de declarar inexistente o débito constante do título nº 491923627, levado a protesto junto ao 2º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Carlos, no valor de R\$ 1.400,00, tornando definitiva a liminar concedida. Sucumbentes, condeno as rés, solidariamente, no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Furtado Coêlho: "Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido".

Oficie-se ao 2º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Carlos, comunicando que tutela antecipada tornou-se definitiva.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 10 de junho de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**